



Com 234 anos, Luziânia não tem sequer um cinema ou rede de esgotos

# Luziânia cresce nas necessidades

*Com quase três séculos, falta tudo. Até compreensão*

ROBERTO SIQUEIRA

Luziânia é uma comunidade diferente na paisagem do Centro-Oeste brasileiro, maior do que o Distrito Federal e o antigo Estado da Guanabara, contendo mais de 387 loteamentos dentro de sua região, mais de dez mil alunos sem condições de atendimento educacional e talvez o de maior índice de crescimento populacional do País, nos últimos quatro anos: 70% de crescimento demográfico na cidade mais velha de todo Estado de Goiás — 234 anos de quase total carência.

Mesmo contando com maioria esmagadora na Câmara Municipal, — oito contra três — o prefeito, que é do PMDB, não consegue melhor desempenho administrativo: falta apoio, compreensão e, o que é pior, falta verba. A quota do Fundo de Participação dos Municípios, com distribuição equitativa para todas as prefeituras brasileiras, considera o município com base numa população estimada em 38.200 habitantes, sem considerar um crescimento verificado no ano de 78 até os dias atuais em cerca de 30 por cento. Somente o número de votantes atinge quantidade maior que o cômputo do FPM, conhecido pelo Governo Federal para todo o município, pois Luziânia tem mais de 38 mil eleitores e é considerado o quarto Colégio Eleitoral do Estado.

## OPOSTOS

Há contrastes gritantes: o Distrito de Santo Antonio do Descoberto, com dez mil habitantes, quase nenhuma residência em alvenaria, fruto de uma remoção do Distrito Federal, pretende sua emancipação como município. Ali nada existe que motive essa autonomia, a não ser a cobiça eleitoral. Falta tudo, desde calçamento, rede de água e transportes coletivos. Se comparado com a Cidade Ocidental, também pertencente à Luziânia, com igual número de habitantes — ou pouco menos — com ruas asfaltadas, iluminação pública, escolas e residências mais condignas com o financiamento do BNH, observa-se um confronto social significativo que impossibilita ao prefeito municipal a atender as diferentes comunidades com o mínimo de ajuda necessária.

Indústria não existe. Em toda a região, poucas cerâmicas, com trabalhos rudimentares, uma "fábrica" de isopor funcionando muito abaixo da necessidade, por depender de subprodutos de petróleo, e algumas olarias. A mão-de-obra é pouco absorvida pelo extrativismo natural de areia e cascalho, que não fornecem receita significativa, apesar de circular pela área mais de dois mil caminhões cadastrados na Delegacia de Trânsito, transportando esse material de construção que consegue gerar alguns empregos e dar pequeno incentivo ao comércio.

O rebanho bovino apresenta cerca de 120 mil cabeças, entre gado de corte e leite, este último vindo para Brasília "in natura" e voltando para a região ensacado e pasteurizado.

A agricultura está engatinhando, em razão do solo ser extremamente calcáreo e se localizar em área de cerrado. Grande parte da população trabalha e faz suas compras em Brasília, existindo uma espécie de transporte "cooperativo", dos amigos colaborando entre si, para amenizar a despesa que seria excessiva se feita diariamente pelos ônibus que cobrem o percurso. De Luziânia para o Plano Piloto, uma

passagem custa Cr\$ 50,00; para o Novo Gama, Cr\$ 25,00; Cidade Ocidental, Cr\$ 15,00 e Valparaíso, Cr\$ 15,00. Nesta última, uma curiosidade: à tarde a passagem custa mais caro, por só ter um ônibus direto a Cr\$ 25,00.

O transporte coletivo, no perímetro urbano, funciona precariamente com um ou dois ônibus ligando a cidade aos bairros.

## CONVÊNIO

Em nenhum ponto de Luziânia existe rede de esgoto, excluindo-se as vilas Novo Gama e Cidade Ocidental, que foram construções recentes feitas por firmas de Brasília, dentro de uma política habitacional de residência popular tipo "A", que é vendida ainda no canteiro para uma população que está sendo marginalizada no DF e procura as cidades goianas periféricas a Brasília. Esta constitui-se uma minoria de melhor poder aquisitivo, haja vista o preço arbitrado para as prestações de amortização dessas residências: acima de seis mil cruzeiros. A grande maioria dos habitantes do município de Luziânia está situada numa faixa considerada entre um a três salários mínimos, de pouco poder aquisitivo. O salário mínimo regional é de Cr\$ 3.497,00, e constitui um outro problema grave, segundo o prefeito municipal Valter José Rodrigues. No campo da educação, as professoras preferem Brasília, onde os salários são mais elevados.

Luziânia, que tem uma área de 6.115 km<sup>2</sup>, já abrigou anteriormente os atuais municípios de Padre Bernardo, Planaltina, Cristalina e um pedaço do DF. Faz divisa com estes municípios e também com Corumbá, Alexânia, Silvânia e Orizona.

Subordinada à Superintendência de Ensino de Goiás, sete colégios de 1º Grau, sete grupos escolares com ensino de 1ª a 4ª série e somente um estabelecimento para atender a alunos de 2º Grau. Na rede particular de ensino, dois colégios atendendo aos dois graus de educação.

Mas a grande carência fica por conta da continuação de estudos de aproximadamente 11 mil e 400 alunos que estão matriculados nas 83 escolas municipais espalhadas pelos inúmeros aglomerados populacionais pertencentes ao município. Quando completam o 4º ano de estudos, eles ficam impossibilitados de prosseguirem. Não tem escolas ou salas de aulas suficientes para atender à demanda.

## RECEITA

O orçamento para 1980 foi de 100 milhões de cruzeiros. A arrecadação, de acordo com o prefeito Walter Rodrigues, está prevista em cerca de oitenta a noventa milhões de cruzeiros para ser aplicado — ou usando sua expressão, "distribuído" — com os 200 mil habitantes. A zona rural recebe parte dessa verba através de escolas, minipostos de saúde, pontes, estradas e bueiros. A prefeitura dispõe de 33 máquinas rodoviárias e veículos e conta com o concurso de aproximadamente 700 funcionários.

Ele comenta que "há choques de influências nessa comunidade tão heterogênea como é o Município de Luziânia. Calcule-se Santo Antônio do Descoberto, com 229 anos, e a Cidade Ocidental, com quase 4 anos, todos querendo melhoramentos e benefícios, que não são os mesmos para contentamento das populações desses ajuntamentos. Nesse sentido foi madado um projeto

para a Câmara Municipal criando sete Regiões Administrativas que teriam sua jurisdição, limites e zonas urbanas e de expansão. Seriam espécies de subprefeituras, com um administrador local, nomeado pelo Prefeito. E isso cria ciúmes. Imagine-se um morador cuja família tenha 234 anos de ramificação e viva na sede e outra com seis meses e viva numa dessas comunidades periféricas à sede, reclamando e querendo melhoramentos. A Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso já dispõem de iluminação pública, quase que totalmente. Na sede do município, somente 50 por cento do trecho tradicional e antigo da sede dispõe de iluminação pública, chega a ser aproximadamente 10% da cidade. Não representa nada. O município, explica Walter Rodrigues, em forma de convênio, entregou os serviços públicos de energia elétrica, água e esgoto a empresas do Estado. Conosco fica sobmente a responsabilidade do perecível. Exemplo: a Celg fornece a energia nas residências, iluminação pública é conosco, após o repasse de verba para colocação das luminárias, a Prefeitura fica incumbida de prestar assistência e manutenção. Para isso cobramos uma taxa que varia de 11 a 30 cruzeiros, de cada morador na rua que tiver iluminação pública.

## MAIS IMPOSTOS

O prefeito explica que existe na cidade - e o IBGE dará a palavra final - aproximadamente 70 mil habitantes. Nos grupamentos rurais, com características urbanas, chamada de zona suburbana, cerca de 90 mil e 40 mil na zona rural, ao todo, uma população que oscila em torno de 200 mil habitantes. Esses moradores pagam um outro tipo de imposto, o Predial e Territorial Urbano que é cobrado em média numa operação meio complicada: 2% sobre o valor venal do lote. No quilômetro 21 da Rodovia Federal que liga aquele município a Brasília e Belo Horizonte, um lote no Jardim Ingá, de trezentos metros quadrados, tem um preço estimado em 24 mil cruzeiros, o cálculo estabelece Cr\$ 80,00 o m<sup>2</sup> e o resultado multiplicado por 2%. Disso tudo resulta a importância a ser paga: cerca de Cr\$ 500,00.

Outro imposto pago é com relação aos benefícios realizados pela Prefeitura. O calçamento é um deles, o Município faz a licitação, libera a verba, cobra os juros e repassa a despesa para a comunidade. Uma casa de 15 metros de frente, localizada numa rua de oito metros de largura, para aproximadamente 30 mil cruzeiros pelo calçamento verificado. Seu proprietário terá um prazo de até 3 anos para efetuar esse pagamento.

Mas calçamento em Luziânia anda de braços dados com a falta de verbas, embora se verifique esse repasse para a população. Considerando todas as Administrações nesses 234 anos de existência do Município só foram realizados trabalhos de aproximadamente 30 por cento do perímetro urbano, embora a atual administração seja responsável pela metade desse trabalho. Somente no mês de agosto foram assentados mas de dois mil metros quadrados de bloquetes e aproximadamente 10 mil metros quadrados de passeios públicos, e estando empreitado mais oito mil metros quadrados, também de passeio. "Se a chuva permitir, finaliza Walter Rodrigues, colocaremos esse passeio até o final do ano".